

Bruno envia PL que cria Política de Segurança

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O prefeito Bruno Reis (União Brasil) encaminhou à Câmara Municipal de Salvador (CMS) o Projeto de Lei nº 554/2025, que institui a Política Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (PMSPDS). O texto, lido no plenário, formaliza o plano anunciado pela gestão em novembro e estabelece diretrizes de atuação para o período de 2025 a 2035. Logo no primeiro artigo, o projeto define que a política pretende “preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio público, no âmbito das competências municipais, por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos seus Órgãos e Entidades, em

articulação com a sociedade”. A proposta organiza suas ações em três eixos principais: a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (CMSPDS), do Observatório Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (OMSPDS) e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (FMSPDS). Na mensagem enviada à Câmara, a Prefeitura de Salvador afirma que o objetivo é contribuir para a mudança do cenário de insegurança na capital baiana, alinhando a política local ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O texto enviado ao Legislativo “prevê a integração de instrumentos fundamentais que irão viabilizar a operacionalização e a governança das ações de segurança observadas as competências do

Município”. A estrutura do plano estabelece onze objetivos gerais, entre eles o desenvolvimento de estudos científicos para diagnóstico e avaliação das políticas públicas na área, a valorização e formação dos profissionais de segurança e a captação de recursos para ações de defesa social. As 241 ações e 46 metas já divulgadas pela gestão não foram detalhadas no PL. Bruno afirmou que a política será executada de forma transversal por 21 órgãos municipais, como a Secretaria de Cultura (Secult), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Guarda Civil Municipal (GCM). Segundo ele, “a existência de informações constante nos sistemas informatizados do município em áreas como defesa social, saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana,



O PREFEITO Bruno Reis (União Brasil) encaminhou à Câmara Municipal de Salvador (CMS) o Projeto de Lei nº 554/2025

dentre outras, pode contribuir para uma análise mais apurada das causas indutoras da violência”. O primeiro eixo da PMSPDS é a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, que funcionará como órgão consultivo na formulação de políticas e no acompanhamento das

ações de segurança na capital. O segundo pilar da política é o Observatório Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, composto exclusivamente por servidores de carreira da GCM com estabilidade. Por fim, como último instrumento, a Política Municipal destaca a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social. O projeto

destaca que a medida reforça a autonomia administrativa e financeira da Política, “com o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção da violência”. Sem pedido de urgência, o projeto deve ser analisado pelas comissões, debatido em audiências públicas e votado em plenário apenas em 2026.

POLÊMICA

Jerônimo Rodrigues critica PL da Dosimetria



O GOVERNADOR Jerônimo Rodrigues (PT) evitou comentar as decisões tomadas pelo Congresso Nacional

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Ontem (11), em entrevista coletiva, o governador Jerônimo Rodrigues (PT) evitou comentar as decisões tomadas pelo Congresso Nacional sobre os mandatos dos deputados Glauber Braga (PSOL-RJ) e Carla Zambelli (PL-SP). Ambos eram alvo de pedidos de cassação, mas o plenário decidiu não cassar nenhum dos dois. Glauber recebeu uma suspensão de seis meses por quebra de decoro, enquanto Zambelli, presa na Itália, manteve o mandato após sua cassação não obter votos suficientes. Jerônimo preferiu desta-

car o papel do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na condução política do país. “Eu prefiro falar da iniciativa de comportamento do nosso presidente. O Lula tem demonstrado como se monta um arranjo político de relacionamento institucional. O Congresso Federal tem tido comportamento de grupos partidários individuais e o Lula tem dialogado com todos”, afirmou. O governador disse ainda que o presidente tem buscado interlocução com diferentes setores para debater temas de interesse nacional, como segurança e soberania. “Lula tem demonstrado capacidade de dialogar com a Câmara, com o Senado e conosco, governadores dos estados, uma agenda positiva do

Brasil. Não é um governo de ódio, de intransigências e de esquecimento de pautas importantes. Eu prefiro destacar o que o Lula vem fazendo com a imagem da política brasileira”, completou. Jerônimo também criticou o projeto conhecido como PL da Dosimetria, aprovado pela Câmara dos Deputados na madrugada de quarta (10), que reduz penas de envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. “A gente vê uma movimentação para deliberar uma lei que favoreça pessoas que entram na política com má intenção e a gente não concorda com isso”, opinou. A imprensa, o governador avaliou que a articulação em torno da proposta ainda reflete o ambiente político do perí-

odo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Nós estamos falando de um movimento nacional na política que ainda é muito intenso devido ao período de 4 a 6 anos em que o Brasil ficou largado, sem uma direção nacional de governo, sem um governo forte”, afirmou. Questionado sobre os atos convocados pelo PT em todo o país, incluindo a Bahia, contra o projeto, Jerônimo disse que “o Edinho [Silva, presidente nacional do PT] está muito firme do que fará, ele tem uma missão muito grande que é fortalecer o partido para garantir que o Lula possa dialogar com todos os partidos e tendo o seu partido como uma boa base, fazendo as críticas, as considerações”.

Moraes anula decisão da Câmara que manteve mandato de Zambelli

O líder do PT anunciou que acionou a suprema corte para interceder no tema

ANDRÉ RICHTER
AGENCIA BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, nesta quinta-feira, em Brasília, a anulação da votação da Câmara dos Deputados que rejeitou a cassação e manteve o mandato da deputada Carla Zambelli (foto) (PL-SP). Na decisão, ele determinou que o presidente da Câmara, Hugo Motta, empossasse imediatamente o suplente da deputada. O ministro disse que cabe ao Poder Judiciário determinar a perda do mandato de parlamentar condenado por decisão transitada em julgado, cabendo à Câmara somente “declarar a perda do

mandato”. **Perda de mandato** “Diante do exposto, nos termos decididos pela Primeira Turma desta Suprema Corte no julgamento de mérito da Ação Penal 2.428/DF, declaro nula a rejeição da representação nº 2/2025 da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e decreto a perda imediata do mandato parlamentar de Carla Zambelli Salgado de Oliveira”, decidiu Moraes. Assim, a cadeira de Zambelli deverá ser ocupada pelo suplente Coronel Tadeu (PL-SP). Por determinação do ministro, ele deverá tomar posse no prazo de 48 horas. Na decisão, o ministro disse que cabe ao Poder Judiciário determinar a perda do

mandato de parlamentar condenado por decisão transitada em julgada, cabendo à Câmara somente “declarar a perda do mandato”. O ministro também determinou que sua liminar seja analisada em julgamento virtual da Primeira Turma, nesta sexta-feira (12), às 11h. **Fuga** Em julho deste ano, Zambelli foi presa em Roma, na Itália, onde tentava escapar do cumprimento de um mandato de prisão emitido pelo ministro Alexandre de Moraes. Por ter dupla cidadania, a deputada deixou o Brasil em busca de asilo político em terras italianas após ser condenada pelo STF a 10 anos de prisão pela invasão ao siste-

ma eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2023. De acordo com as investigações, Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandado falso de prisão contra Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confirmou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar. Após a fuga para a Itália, o governo brasileiro solicitou a extradição da parlamentar para o Brasil. O pedido de extradição foi oficializado no dia 11 de junho pelo STF. Em seguida, a solicitação foi enviada pelo Itamaraty ao governo italiano.



ENTENDIMENTO do tribunal é para a perda imediata do mandato para parlamentares condenados a pena em regime fechado

Lula conversou com Maduro sobre ‘paz na América do Sul’

GUILHERME BALZA, ISABELLA CALZOLARI
GLOBONEWS E G1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, na semana passada sobre “paz na América do Sul e no Caribe”, afirmou o Palácio do Planalto. A ligação entre Lula e Maduro não constou da agenda oficial de Lula e não havia sido tornada pública quando os presidentes se falaram, como acontece na maioria das conversas entre o presidente brasileiro e outros chefes de Estado. A informação só foi con-

firmada pela Secretaria de Comunicação da Presidência após ser publicada pelo jornal “O Globo”. O Palácio do Planalto não informou em que dia Lula e Maduro conversaram nem de quem partiu o pedido de conversa. “[Foi um] Telefonema rápido, acertado entre as duas partes, na semana passada, para tratar de paz na América do Sul e no Caribe”, informou o Planalto. A Venezuela é o foco da principal crise geopolítica na América do Sul. Desde agosto, o governo de Donald Trump tem posicionado uma robusta força militar dos Estados Unidos no mar do Cari-

be — incluindo porta-aviões, caças e navios de guerra — sob o discurso de combate ao narcotráfico, o que tem sido interpretado como pressão ao regime de Maduro. **ATUAÇÃO DO BRASIL** O Brasil tem tentado abrir diálogo com os EUA sobre a tensão do país com a Venezuela. Em outubro, Lula ofereceu-se para mediar um diálogo entre EUA e Venezuela, buscando soluções para a crise. O assunto foi abordado na conversa entre Lula e Trump na Malásia e também na última ligação que Lula e Trump realizaram em 2 de dezembro.

Haddad: Lula está ouvindo pessoas para fazer as indicações ao BC

FLÁVIA SAID
ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já está “ouvindo as pessoas” para fazer as duas indicações de diretores ao Banco Central (BC). Os diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Dias de Brito Gomes, e de Política Econômica, Diogo Abry Guillen, deixam os cargos no dia 31 de dezembro de 2025. “Nós não escolhemos o diretor do Banco Central, tratando com uma visão ou

outra do que ele vai fazer. Contratamos a pessoa pela técnica. A escolha será técnica. O presidente já está ouvindo as pessoas. Ele gosta de saber. Ele é o responsável pelo encaminhamento do nome para o Senado Federal e ele é uma pessoa ciosa das suas responsabilidades”, afirmou Haddad em entrevista ao jornal O Globo. A respeito da relação com o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, Haddad frisou que “não existe problema entre nós, do ponto de vista pessoal, institucional”. E disse que, assim como ele comenta que a taxa de juros está restritiva, o BC dá opini-

ões sobre política fiscal “de forma respeitosa”. “Eu não me sinto ofendido. É normal. Mas o ideal é irmos convergindo em um diagnóstico comum. Eu sei do esforço que ele está fazendo para botar ordem na casa. Essa crise do Banco Master que ele herdou é um negócio absurdo.” O ministro criticou o presidente anterior, Roberto Campos Neto, dizendo que foram feitas “coisas absolutamente pouco técnicas” durante a gestão dele, “que todo mundo sabia”. “O Galípolo, com toda a delicadeza e elegância, já emitiu acho que 17 medidas, botando freio no descalabro das fintechs”, elogiou.